

A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL COMO INSTRUMENTO DE PRESERVAÇÃO

Edelfina Guimarães*
Marcos Paulo de Souza Miranda**

"Se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda..." Partindo dessa visão de Paulo Freire, tem-se que as transformações sociais decorrem principalmente da educação, pois educar, num sentido amplo, compreende um processo de desenvolvimento da capacidade intelectual e moral do ser humano, visando a sua integração social. E quando o homem interage com o seu meio, torna-se consciente de sua responsabilidade enquanto operador de seus direitos e deveres, alcançando a capacidade de modificar suas realidades circundantes e de contribuir para o bem-estar social.

Modificar, transformar, através da educação. Alicerçado nessa filosofia educacional, o Ministério da Educação e do Desporto (MEC), em agosto de 1996, estabeleceu o Parâmetro Curricular Nacional (PCN), que engloba sugestões cujo fim é um melhor aprendizado dos alunos, norteando os professores na tarefa de formar cidadãos. Esses parâmetros visam à adequação e otimização do sistema de ensino de cada região à realidade local, o que gerou uma flexibilidade curricular das escolas que se viram livres para abordar, de forma interdisciplinar, temas de interesse da comunidade em que se encontra inserida. É nesse sentido que a educação patrimonial, temática deste texto, surge como um eixo entre comunidade e escola, pois através de atividades sócio-culturais pode-se transmitir a história local, bem como levar a comunidade a reconhecer suas referências identitárias tangíveis e intangíveis.

A educação patrimonial, conforme conceituada pela museóloga Maria de Lourdes Horta, trata-se de "um instrumento de alfabetização cultural, que possibilita ao indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia, levando-o à compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórico-temporal em que está inserido". Portanto, a educação patrimonial pode ser entendida como uma proposta interdisciplinar de ensino que tem o patrimônio cultural como objeto de conhecimento. E na perspectiva de Ricardo Oriá,

Compreende desde a inclusão, nos currículos escolares de todos os níveis de ensino, de temáticas ou de conteúdos programáticos que versem sobre o

* Oficiala do Ministério Público. Graduada em Letras. Especialista em Língua Portuguesa e Literatura Brasileira.

** Promotor de Justiça. Coordenador das Promotorias de Justiça de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico de Minas Gerais. Especialista em Direito Ambiental. Autor do livro: Tutela do Patrimônio Cultural Brasileiro (Ed. Del Rey, 2006).

conhecimento e a conservação do patrimônio histórico, até a realização de cursos de aperfeiçoamento e extensão para os educadores e a comunidade em geral, a fim de lhes propiciar informações acerca do acervo cultural, de forma a habilitá-los a despertar, nos educandos e na sociedade, o senso de preservação da memória histórica e o conseqüente interesse pelo tema.

E tomando a educação como um processo, não há que se pensar em imediatismos. Ainda mais quando se trata de educação patrimonial - tema pouco comum no currículo dos ensinos básico e médio do sistema educacional brasileiro. Assim, é compreensível que os resultados surjam paulatinamente, à medida que se difundir o reconhecimento da importância da educação para a formação de indivíduos sensíveis às questões que envolvem a memória coletiva, capazes de conhecer e respeitar sua própria história cultural. Hoje ou amanhã, o importante é que os objetivos sejam concretizados através de ações voltadas à educação patrimonial.

É necessário criar essa "consciência cultural", pois a condição primária para a preservação de um bem cultural é o reconhecimento de seu valor pela comunidade onde está inserido. Isso será possível através de execução de projetos de educação patrimonial que propiciarão à comunidade a compreensão de conceitos básicos como tombamento, bem cultural, patrimônio cultural, conselhos de defesa do patrimônio cultural, bem cultural material e imaterial etc. Conhecendo tais conceitos, as comunidades passarão a interagir de maneira mais efetiva com as diversas manifestações culturais, reconhecendo-as como elementos de sua identidade.

Um bom exemplo de que a educação patrimonial deve interagir escola e comunidade, como proposto pelo PCN, é o projeto *Aqui em São João Del Rei a educação guia o turismo*, iniciativa da CIATUR Companhia de Turismo em parceria com a Prefeitura Municipal de São João Del Rei - MG. Com uma metodologia diversificada, o projeto atraiu crianças, jovens e adultos para participarem de sua execução que extrapolou as salas de aula, desencadeando um processo de "alfabetização cultural" na sociedade sanjoanense no ano de 2006.

Esse projeto, cujo objetivo principal foi promover o exercício da cidadania cultural, entendida como acesso à cultura e o direito à memória histórica, de forma a gerar novas contribuições para os desafios que envolvem a gestão do patrimônio cultural, criou um grupo de multiplicadores da metodologia de educação patrimonial. Ou seja, o programa deu origem a um processo contínuo e sustentável de educação patrimonial na medida em que procurou difundir a prática da cidadania cultural na sua comunidade, sobretudo na escolar. Assim, propagou-se uma "rede de proteção" do patrimônio histórico, cultural e turístico do município de São João Del Rei, pois a comunidade local passou a aprender a valorizar e respeitar seus bens culturais e a reconhecer-se neles.

Além desse projeto, São João Del Rei destaca-se como referência para o Estado de Minas Gerais e para o país por contar em sua normatização interna com a Lei Municipal Nº 3.826/2004, que dispõe sobre a criação do "Programa Educação Patrimonial" em suas escolas municipais. Esse fato representa um avanço no processo de educação patrimonial que se propaga pelo país.

Como se percebe, é necessário que o conhecimento anteceda à idéia de preservação. Geralmente, preserva-se aquilo com o qual se tem uma relação afetiva, o que se estabelece através do conhecer. Santo Agostinho ensinava que "conhecemos à medida que amamos". Esse raciocínio soa, aparentemente, paradoxal quando o aplicamos à educação como forma de conhecimento: se há amor é porque há conhecimento e vice-versa.

A educação patrimonial exerce essa função de interligar o indivíduo ao seu passado, de maneira tal que o faça identificar o significado da memória coletiva para a construção do presente, da sua correlação com a cultura como marca que identifica uma sociedade. Assim, o passado começa a ser valorado e tende a ser preservado.

Para preservar, é imprescindível que se rompa com a equivocada teoria futurista de que o passado não pode conviver harmoniosamente com o presente. Tal objetivo será atingido a partir do momento em que se criar uma relação de respeito entre o "velho" e o contemporâneo, propagando a noção de desenvolvimento sustentável que aspira ao equilíbrio entre o progresso tecnológico-econômico e o meio ambiente (que abrange também os bens de valor cultural). É justamente a sustentabilidade que garantirá às gerações futuras a chance de conviver com seu patrimônio cultural e correlacioná-lo com o momento em que vive, garantido-lhes a sucessão de sua história e a manutenção de sua identidade.

Conclui-se, portanto, que a educação patrimonial é um dos mais importantes instrumentos de preservação da cultura de um povo, propiciando às gerações futuras a oportunidade de conhecerem a sua própria identidade a partir da interação consciente com as heranças de seu multifário patrimônio cultural.

Referências bibliográficas:

Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais. Reflexões e contribuições para a Educação Patrimonial. Belo Horizonte, 2002.

ORIÁ, Ricardo. Educação patrimonial: conhecer para preservar. Disponível em <http://www.aprendebrasil.com.br>

MIRANDA, Marcos Paulo de Souza. Tutela do Patrimônio Cultural Brasileiro. Belo Horizonte: Del Rey, 2006.